



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**



**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PNAES NA UFOP:
EXERCÍCIO 2017**

**OURO PRETO
DEZEMBRO - 2018**

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Reitora: Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor: Hermínio Arias Nalini Júnior

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace)

Pró-Reitora: Natália de Souza Lisbôa

Pró-Reitora Adjunta: Sabrina Magalhães Rocha

Elaboração:

Grupo Permanente de Monitoramento e Avaliação do PNAES

(Instituído pela Portaria PRACE 040/2017)

Carolina Helena Caldeira Silva

Joseane Mendes Teixeira

Lígia Carvalho Reis

Rafael Magdalena

Sabrina Magalhães Rocha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA.....	5
3. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO.....	7
3.1 Estudantes por curso de graduação.....	7
3.2 Estudantes ingressantes pela política de cotas.....	10
3.3 Estudantes egressos de escolas públicas.....	11
4. ABRANGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	16
4.1 Estudantes assistidos por classificação socioeconômica.....	16
4.2 Estudantes assistidos por curso de graduação.....	18
4.3 Estudantes cotistas por renda assistidos.....	22
4.4 Estudantes egressos de escola pública assistidos.....	23
5. DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES ASSISTIDOS.....	25
5.1 Coeficiente de rendimento acadêmico entre estudantes assistidos e não assistidos.....	25
5.2 Evasão entre estudantes assistidos e não assistidos.....	27
5.3 Participação de estudantes assistidos em programas de mérito acadêmico.....	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto 7.234/2010, tem como finalidade contribuir para a permanência do estudante nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Trata-se de um programa que destina recursos do orçamento do Ministério da Educação às instituições de ensino para que executem ações que visem à igualdade de oportunidades, melhoria do desempenho acadêmico e redução da retenção e da evasão.

O PNAES concede a cada uma das instituições de ensino autonomia na seleção dos beneficiários e na implementação das ações de assistência estudantil, respeitados os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.235/2010. As ações podem ser desenvolvidas em diversas áreas, como moradia, alimentação, transporte e atenção à saúde. O público prioritário são estudantes provenientes da rede pública de educação básica ou com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Esse decreto, em seu artigo 5º, parágrafo único, inciso II, determina ainda que a execução do PNAES deverá ser avaliada e acompanhada pelas instituições que o desenvolvem.

Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) o PNAES é executado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace), que atua na seleção dos beneficiários, por meio de avaliação socioeconômica, e na implementação de ações e programas. No primeiro semestre de 2017 foram desenvolvidos com recursos do PNAES os seguintes programas: bolsa-alimentação; bolsa-permanência; bolsa-transporte e bolsa de incentivo ao desenvolvimento acadêmico (BIDA). Nesse período, 2.447 estudantes de graduação, dentre os 10.638 matriculados, foram beneficiados com uma ou mais modalidades de bolsa.

Associando a necessidade de monitoramento, preconizada pelo Decreto 7.234, com a recomendação de avaliação da assistência estudantil do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP para o período de 2016 a 2025, a Prace instituiu, em novembro de 2017, o Grupo Permanente de Monitoramento e Avaliação do PNAES. Esse grupo, formado por cinco servidores da Prace, trabalhou, ao longo do primeiro semestre de 2018, na definição de indicadores e levantamento de dados que permitissem a avaliação semestral da execução do PNAES na UFOP. O presente relatório sistematiza a primeira etapa desse trabalho, que consiste na avaliação do primeiro e segundo semestres de 2017.

2. METODOLOGIA

O PNAES, desenvolvido nas Instituições Federais de Ensino Superior desde 2010, não indicou um modelo específico de avaliação e monitoramento que devesse ser implantado por todas as Ifes. O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), sobretudo entre 2016 e 2017, vem desenvolvendo discussões no sentido de estabelecer indicadores mínimos de avaliação que pudessem ser aplicados em todas as instituições. As preocupações no âmbito do fórum giram em torno de agregar diversas variáveis, quantitativas e qualitativas, assim como estabelecer indicadores multifatoriais. Embora essas discussões estejam avançando, ainda não há um parâmetro nacional a ser seguido, portanto, compete a cada uma das instituições estabelecer o modelo mais adequado às suas políticas.

No processo de avaliação da execução do PNAES na UFOP, procurou-se dialogar com os apontamentos discutidos no âmbito do Fonaprace¹ e com as necessidades e possibilidades atuais da instituição. A principal preocupação foi construir um modelo de análise que pudesse:

- 1) oferecer resultados claros e objetivos;
- 2) analisar dados facilmente coletáveis;
- 3) permitir a comparação entre os semestres;
- 4) contribuir para a formulação de metas para execução da assistência estudantil.

Trata-se, evidentemente, de uma escolha que não contempla integralmente todos os impactos do PNAES para a instituição e para seus beneficiários, mas consiste em uma etapa importante da avaliação. O objetivo geral era responder questões como: os programas de assistência são efetivamente destinados a seu público-alvo? Os programas têm cobertura adequada, ou, em outros termos, os estudantes com direito potencial são efetivamente contemplados? Os programas contribuem para redução da evasão e melhoria do desempenho acadêmico?

Para tanto, foram analisados dados quantitativos, disponíveis no banco de dados da UFOP, em três grandes áreas: caracterização do público-alvo, abrangência dos programas de assistência estudantil e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes assistidos. Essas áreas foram exploradas nas

¹ Em função de sua clareza e objetividade, tomamos como referência, particularmente, o modelo apresentado pela Universidade Federal do Piauí no encontro do Fonaprace de abril de 2017, em Brasília. Registramos agradecimento a essa instituição pela publicização de seu trabalho.

tabelas e gráficos descritos abaixo, a partir dos seguintes indicadores principais: estudantes cotistas na modalidade renda; estudantes egressos de escola pública; coeficiente geral e semestral dos estudantes; taxas de evasão; participação em programas de mérito acadêmico. Na maioria dos casos, estabeleceu-se uma comparação entre estudantes bolsistas, ou assistidos, e não bolsistas para cada um dos indicadores.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

3.1 Estudantes por curso de graduação

As Tabelas 1 e 2 apresentam a distribuição dos estudantes de graduação matriculados da UFOP, na modalidade presencial, por curso, no primeiro e segundo semestres de 2017, respectivamente. Nota-se que há bastante variação no número de matriculados, com cursos que apresentam em torno de 100 estudantes, como Matemática e Química, ambos cursos de licenciatura, até cursos com mais de 400 estudantes, como Direito, Farmácia, Medicina e Engenharia de Produção. Essa diferença é explicada por diversos fatores, tais como: oferta inicial de vagas, tempo de conclusão, índices de evasão e presença do curso em mais de um *campus*, como é o caso de Engenharia de Produção, com oferta nos *campi* Ouro Preto e João Monlevade.

Tabela 1 - Estudantes por curso de graduação (2017-1)

Curso	Alunos	Percentual
Administração	345	3,2%
Arquitetura e Urbanismo	385	3,6%
Artes Cênicas	167	1,6%
Ciência da Computação	305	2,9%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	205	1,9%
Ciências Biológicas	222	2,1%
Ciências Econômicas	337	3,2%
Direito	500	4,7%
Educação Física	301	2,8%
Engenharia Ambiental	165	1,5%
Engenharia Civil	354	3,3%
Engenharia de Computação	294	2,8%
Engenharia de Controle e Automação	336	3,1%
Engenharia de Minas	336	3,1%
Engenharia de Produção	718	6,7%
Engenharia Elétrica	391	3,7%

Engenharia Geológica	371	3,5%
Engenharia Mecânica	354	3,3%
Engenharia Metalúrgica	324	3,0%
Estatística	82	0,8%
Farmácia	449	4,2%
Filosofia	87	0,8%
Física	88	0,8%
História	359	3,4%
Jornalismo	385	3,6%
Letras	378	3,5%
Matemática	97	0,9%
Medicina	478	4,5%
Museologia	139	1,3%
Música	117	1,1%
Nutrição	282	2,6%
Pedagogia	299	2,8%
Química - Licenciatura	89	0,8%
Química Industrial	122	1,1%
Serviço Social	350	3,3%
Sistemas de Informação	230	2,2%
Turismo	239	2,2%
Total	10680	100,0%

Tabela 2 - Estudantes por curso de graduação (2017-2)

Curso	Alunos	Percentual
Administração	354	3,3%
Arquitetura e Urbanismo	381	3,5%
Artes Cênicas	168	1,6%
Ciência da Computação	306	2,8%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	210	1,9%
Ciências Biológicas	263	2,4%

Ciências Econômicas	340	3,1%
Direito	501	4,6%
Educação Física	310	2,9%
Engenharia Ambiental	189	1,7%
Engenharia Civil	353	3,2%
Engenharia de Computação	307	2,8%
Engenharia de Controle e Automação	345	3,2%
Engenharia de Minas	360	3,3%
Engenharia de Produção	703	6,5%
Engenharia Elétrica	384	3,5%
Engenharia Geológica	363	3,3%
Engenharia Mecânica	347	3,2%
Engenharia Metalúrgica	316	2,9%
Estatística	118	1,1%
Farmácia	454	4,2%
Filosofia	108	1,0%
Física	64	0,6%
História	366	3,4%
Jornalismo	394	3,6%
Letras	393	3,6%
Matemática	79	0,7%
Medicina	467	4,3%
Museologia	178	1,6%
Música	98	0,9%
Nutrição	294	2,7%
Pedagogia	277	2,6%
Química - Licenciatura	111	1,0%
Química Industrial	104	1,0%
Serviço Social	366	3,4%
Sistemas de Informação	235	2,2%
Turismo	252	2,3%
Total	10858	100,0%

3.2 Estudantes ingressantes pela política de cotas

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos estudantes que ingressaram na UFOP pela política de cotas, modalidade renda. Em 2017-1, essa modalidade era destinada a 26% do total de ingressantes e subdividia-se em duas categorias: renda e raça, para a qual estavam destinadas 14% das vagas, e renda, com cota de 12% das vagas. Vale ressaltar que todos os estudantes beneficiados pela política de cotas são também egressos de escolas públicas. Do total de 10.680 estudantes matriculados na UFOP no primeiro semestre de 2017, 10,2% ingressaram pela modalidade renda e raça e outros 6,5% pela modalidade renda, conforme dados apresentados na Tabela 3. No período avaliado, portanto, o ingresso de estudantes nessas modalidades não atingiu o percentual destinado pela política de cotas, existindo maior discrepância na modalidade destinada apenas à renda.

Tabela 3 - Estudantes cotistas, modalidade renda (2017-1)

Modalidade de cota	Nº de alunos	Percentual do total de matriculados
Renda e Raça	1087	10,2%
Renda	691	6,5%

No segundo semestre de 2017, observou-se um modesto aumento do percentual de alunos que utilizaram o sistema de cotas para ingresso na universidade. Nesse semestre, também se assistiu a uma reconfiguração da política de cotas, com a inserção de reserva de vagas para pessoa com deficiência. Assim, do total de 10.858 estudantes da UFOP em 2017-2, 12,3% ingressaram pela modalidade renda e raça e outros 7,9% pela modalidade renda, conforme dados apresentados na Tabela 4. No período avaliado, portanto, o número de estudantes nessas modalidades permaneceu sem atingir o percentual destinado pela política de cotas, como ocorreu em 2017-1.

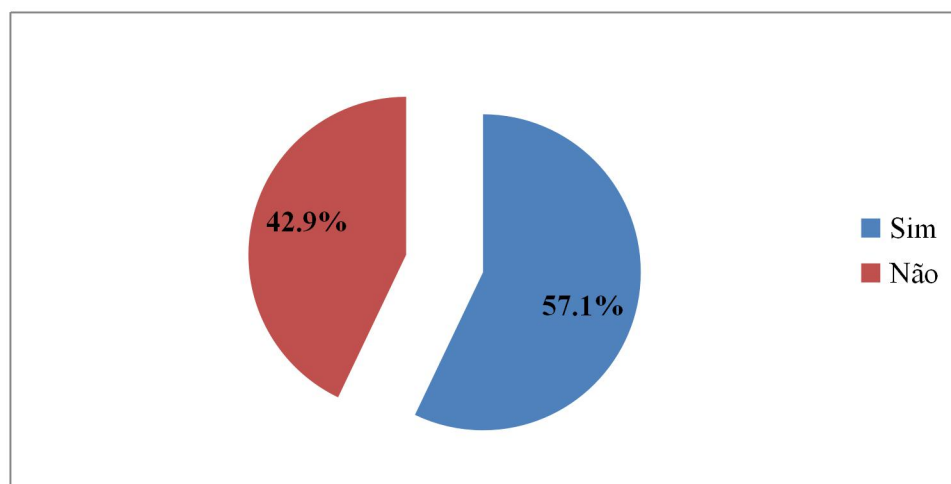
Tabela 4 - Estudantes cotistas, modalidade renda (2017-2)

Modalidade de cota	Nº de alunos	Percentual do total de matriculados
Renda e raça	1333	12,3%
Renda	856	7,9%
Renda e pessoa com deficiência	5	0,1%
Renda, raça e pessoa com deficiência	8	0,1%

3.3 Estudantes egressos de escolas públicas

Os estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas eram, no primeiro semestre de 2017, a maior parte dos matriculados nos cursos de graduação da UFOP. Como demonstra o Gráfico 1, 57,1% do total de estudantes eram egressos de escolas públicas, superando os 50% estabelecidos pela política de cotas.

Gráfico 1 - Estudantes egressos de Ensino Médio público (2017-1)



Ao avaliar o percentual de alunos oriundos de escolas públicas por cursos de graduação da UFOP (TABELA 5), tem-se que os cursos com maior incidência de matriculados são Música (79,5%), Estatística (79,3%), Química (78,7%) e Pedagogia (77,4%). Percebe-se, ainda, que nas turmas de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Educação Física, Letras, Serviço Social e Sistemas de Informação pelo menos 70% dos estudantes também são oriundos de escolas públicas. Em contrapartida, dentre os

que não cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas há um maior número de matriculados nos cursos de Medicina (62,0%), Engenharia Civil (58,5%) e Engenharia de Minas (57,7%).

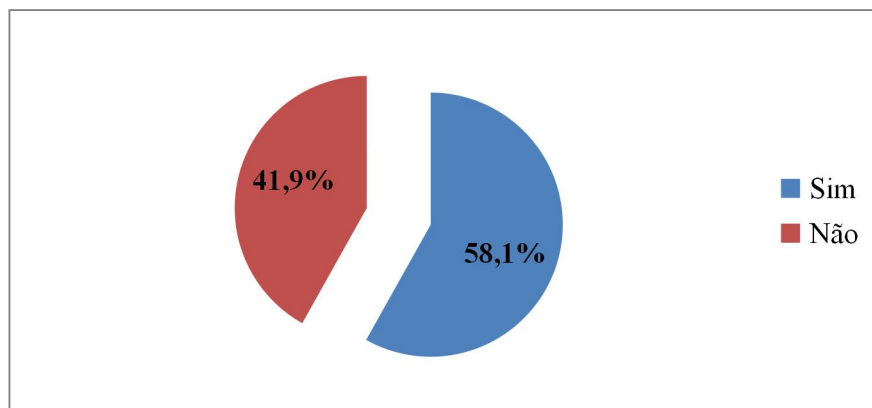
Tabela 5 - Estudantes egressos de escolas públicas (2017-1)

Ensino Médio público integral	Não	Sim
Administração	42,6%	57,4%
Arquitetura e Urbanismo	55,8%	44,2%
Artes Cênicas	34,3%	65,7%
Ciência da Computação	40,3%	59,7%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	28,6%	71,4%
Ciências Biológicas	39,2%	60,8%
Ciências Econômicas	45,8%	54,2%
Direito	52,4%	47,6%
Educação Física	28,4%	71,6%
Engenharia Ambiental	39,0%	61,0%
Engenharia Civil	58,5%	41,5%
Engenharia de Computação	30,6%	69,4%
Engenharia de Controle e Automação	43,4%	56,6%
Engenharia de Minas	57,7%	42,3%
Engenharia de Produção	51,4%	48,6%
Engenharia Elétrica	31,9%	68,1%
Engenharia Geológica	58,8%	41,2%
Engenharia Mecânica	53,3%	46,7%
Engenharia Metalúrgica	52,5%	47,5%
Estatística	20,7%	79,3%
Farmácia	46,4%	53,6%
Filosofia	32,2%	67,8%
Física	37,5%	62,5%
História	39,8%	60,2%
Jornalismo	48,2%	51,8%

Letras	29,1%	70,9%
Matemática	33,0%	67,0%
Medicina	62,0%	38,0%
Museologia	30,2%	69,8%
Música	20,5%	79,5%
Nutrição	41,6%	58,4%
Pedagogia	22,6%	77,4%
Química	21,3%	78,7%
Química Industrial	45,9%	54,1%
Serviço Social	27,7%	72,3%
Sistemas de Informação	28,7%	71,3%
Turismo	33,5%	66,5%
Total	42,9%	57,1%

No segundo semestre de 2017 os estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas eram, como demonstra o gráfico abaixo, 58,2% do total, número, portanto, ligeiramente superior aos 57,1% observados no primeiro semestre.

Gráfico 2 - Estudantes egressos de Ensino Médio público em 2017-2



Ao observarmos o percentual de alunos oriundos de escolas públicas por cursos de graduação em 2017-2 (TABELA 6), verificamos que os cursos com maior incidência de matriculados mantêm o mesmo padrão de 2017-1, com destaque para o curso de Química, que ficou acima dos 80% de alunos oriundos integralmente de escolas públicas. O mesmo padrão de 2017-1 pode também ser notado para estudantes que não cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, com destaque ao curso de Medicina, que manteve um percentual acima de 60%.

Tabela 6 - Estudantes egressos de escola pública (2017-2)

Ensino Médio público integral	Não	Sim
Administração	41,0%	59,0%
Arquitetura e Urbanismo	55,2%	44,8%
Artes Cênicas	35,9%	64,1%
Ciência da Computação	39,0%	61,0%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	28,8%	71,1%
Ciências Biológicas	38,0%	62,0%
Ciências Econômicas	46,0%	54,0%
Direito	51,7%	48,3%
Educação Física	28,5%	71,5%
Engenharia Ambiental	35,6%	64,4%
Engenharia Civil	54,4%	45,6%
Engenharia de Computação	31,9%	68,1%
Engenharia de Controle e Automação	42,0%	58,0%
Engenharia de Minas	56,4%	43,6%
Engenharia de Produção	50,4%	49,6%
Engenharia Elétrica	31,1%	68,8%
Engenharia Geológica	56,7%	43,2%
Engenharia Mecânica	51,2%	48,8%
Engenharia Metalúrgica	50,2%	49,8%
Estatística	24,6%	75,4%
Farmácia	46,0%	54,0%
Filosofia	33,6%	66,4%
Física	37,5%	62,5%
História	36,3%	63,7%

Jornalismo	48,1%	51,9%
Letras	29,7%	70,3%
Matemática	35,4%	64,6%
Medicina	61,2%	38,8%
Museologia	31,5%	68,5%
Música	20,4%	79,6%
Nutrição	41,6%	58,4%
Pedagogia	25,4%	74,5%
Química	18,0%	82,0%
Química Industrial	45,2%	54,8%
Serviço Social	26,5%	73,5%
Sistemas de Informação	28,5%	71,5%
Turismo	29,4%	70,6%
Total	41,9%	58,1%

4. ABRANGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

4.1 Estudantes assistidos por classificação socioeconômica

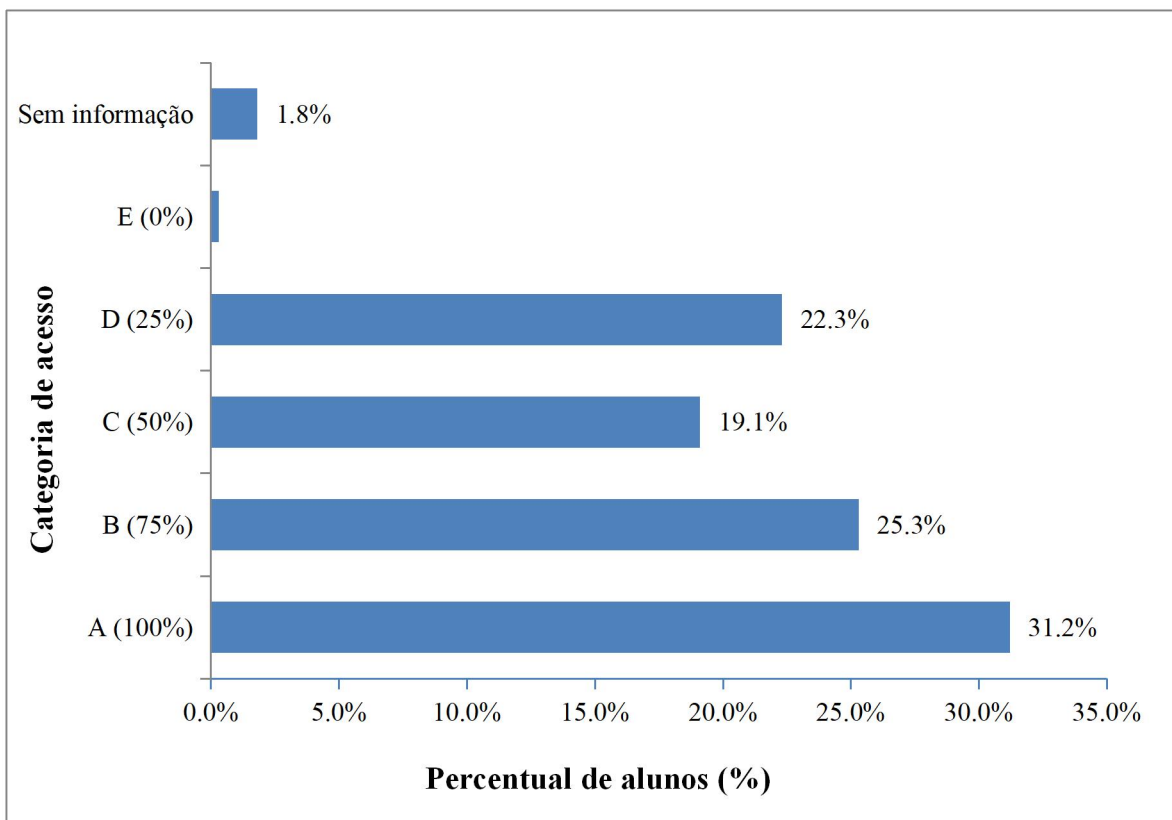
Os estudantes assistidos² pelos programas de assistência estudantil são classificados, por meio de avaliação socioeconômica, nas categorias abaixo citadas. Tais categorias estão previstas na Resolução CUNI 1.380/2012, que regulamenta os programas de bolsa da Prace.

- Categoria A: contempla estudantes que, em função da condição socioeconômica familiar desfavorável, possuem alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.
- Categoria B: contempla estudantes que, em função da condição socioeconômica familiar desfavorável, possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.
- Categoria C: contempla estudantes que, em função da condição socioeconômica familiar desfavorável, possuem médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.
- Categoria D: contempla estudantes que, em função da condição socioeconômica familiar desfavorável, possuem baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.
- Categoria E: contempla estudantes que, em função da condição socioeconômica familiar favorável, não possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.

Em 2017-1 foram assistidos 2.447 estudantes nas categorias A, B, C e D. O Gráfico 3 aponta que a maior parte está classificada nas categorias A (31,2%) e B (25,3%), ou seja, metade dos estudantes possuem alto grau de dificuldade de permanecer na UFOP.

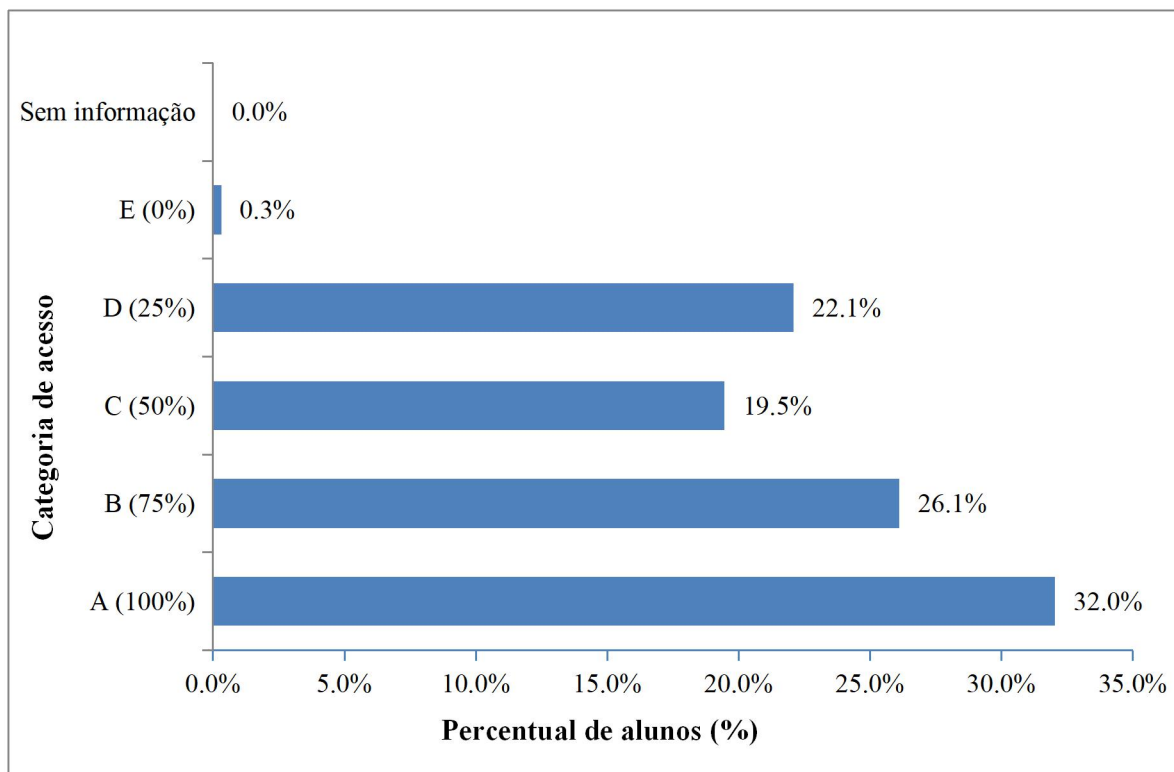
² Definição de “estudante assistido”: estudante que recebeu, em qualquer momento do semestre em análise, pelo menos um dos seguintes benefícios: bolsa-alimentação, bolsa-permanência, auxílio moradia, bolsa-transporte. No presente relatório, o estudante assistido é também definido como bolsista Prace.

Gráfico 3 - Classificação socioeconômica dos estudantes assistidos (2017-1)



Já em 2017-2, 2.612 alunos foram assistidos com algum benefício concedido pela Prace. A maior parte, como mostra o gráfico, continua classificada nas categorias A (32,0%) e B (26,1%), ou seja, estudantes que possuem um alto grau de dificuldade de permanecer na UFOP caso não recebam alguma modalidade de assistência.

Gráfico 4 - Classificação socioeconômica dos estudantes assistidos (2017-2)



4.2 Estudantes assistidos por curso de graduação

A Tabela 7 apresenta o percentual de estudantes assistidos em relação ao total de matriculados, de acordo com o curso, no primeiro e segundo semestres de 2017. Nota-se que o número de assistidos em 2017-1 varia entre 13,2% (Medicina) e 37,7% (Serviço Social). Em 2017-2, o curso com menor número de assistidos permanece sendo Medicina, com 13,9%. Já o curso com maior número de assistido é Pedagogia, com 42,2%.

Tabela 7 - Estudantes assistidos com bolsas Prace por curso (2017-1 e 2017-2)

Curso	Bolsistas Prace			
	Não		Sim	
	2017-1	2017-2	2017-1	2017-2
Administração	76,2%	75,1%	23,8%	24,9%
Arquitetura e Urbanismo	84,9%	84,5%	15,1%	15,5%
Artes Cênicas	67,1%	65,5%	32,9%	34,5%
Ciência da Computação	80,0%	81,0%	20,0%	18,9%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	67,8%	67,1%	32,2%	32,9%
Ciências Biológicas	74,8%	72,6%	25,2%	27,4%
Ciências Econômicas	76,9%	73,2%	23,1%	26,8%
Direito	81,0%	79,6%	19,0%	20,4%
Educação Física	75,1%	73,9%	24,9%	26,1%
Engenharia Ambiental	77,6%	76,7%	22,4%	23,3%
Engenharia Civil	84,2%	81,3%	15,8%	18,7%
Engenharia de Computação	73,5%	73,3%	26,5%	26,7%
Engenharia de Controle e Automação	84,8%	83,2%	15,2%	16,8%
Engenharia de Minas	82,1%	82,5%	17,9%	17,5%
Engenharia de Produção	83,7%	80,9%	16,3%	19,1%
Engenharia Elétrica	72,4%	68,2%	27,6%	31,8%
Engenharia Geológica	85,2%	82,6%	14,6%	17,4%
Engenharia Mecânica	85,6%	84,7%	14,4%	15,3%
Engenharia Metalúrgica	82,4%	80,1%	17,6%	19,9%
Estatística	70,7%	74,6%	29,3%	25,4%
Farmácia	70,8%	69,8%	29,2%	30,2%
Filosofia	77,0%	76,8%	23,0%	23,1%
Física	75,0%	68,7%	25,0%	31,2%
História	68,5%	67,8%	31,5%	32,2%
Jornalismo	74,5%	73,9%	25,5%	26,1%
Letras	69,6%	68,2%	30,4%	31,8%
Matemática	73,2%	68,3%	26,8%	31,6%
Medicina	86,8%	86,1%	13,2%	13,9%

Museologia	76,3%	77,5%	23,7%	22,5%
Música	72,6%	68,4%	27,4%	31,6%
Nutrição	75,5%	72,4%	24,1%	27,5%
Pedagogia	63,2%	57,8%	36,8%	42,2%
Química	71,9%	73,0%	28,1%	27,0%
Química Industrial	69,7%	68,3%	30,3%	31,7%
Serviço Social	62,3%	59,6%	37,7%	40,4%
Sistemas de Informação	77,0%	74,5%	23,0%	25,5%
Turismo	79,1%	76,6%	20,9%	23,4%
Total	77,1%	75,4%	22,9%	24,6%

Esses dados possibilitam a análise agrupada de cursos de acordo com o percentual de estudantes assistidos, como mostram os Gráficos 5 e 6.

Em 2017-1, do total de 37 cursos oferecidos, observa-se que em apenas 7 cursos 30% ou mais alunos eram assistidos, e nessa categoria destacam-se os cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, como Letras, História, Pedagogia e Serviço Social. Em 10 cursos, com destaque para Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharias e Medicina, 10% a 20% dos alunos eram bolsistas. No maior conjunto, representado por 20 cursos, percebe-se que o percentual de alunos assistidos esteve entre 20% e 30%.

Em 2017-2 houve um aumento no número de cursos com mais de 30% dos alunos assistidos, totalizando 12 cursos enquadrados nessa categoria, conforme aponta o Gráfico 5. Os cursos de Engenharia Elétrica, Farmácia, Física, Matemática e Música foram aqueles que tiveram esse aumento no percentual de bolsistas. O número de cursos em que 10% a 20% dos alunos eram bolsistas manteve-se como em 2017-1, totalizando 10 cursos.

Gráfico 5 - Conjunto de cursos por incidência de estudantes assistidos (2017-1)

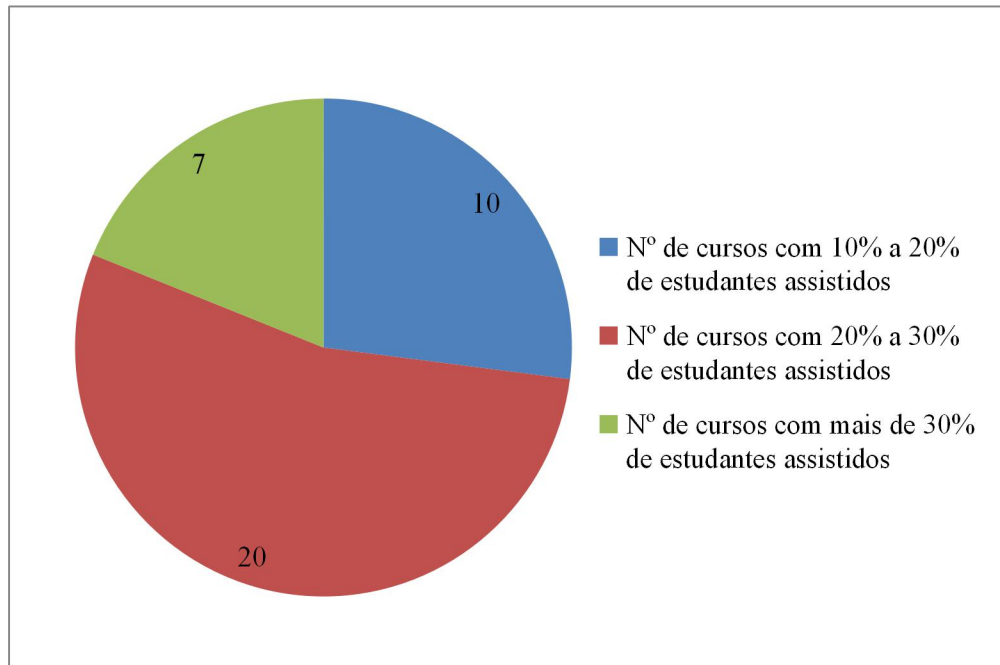
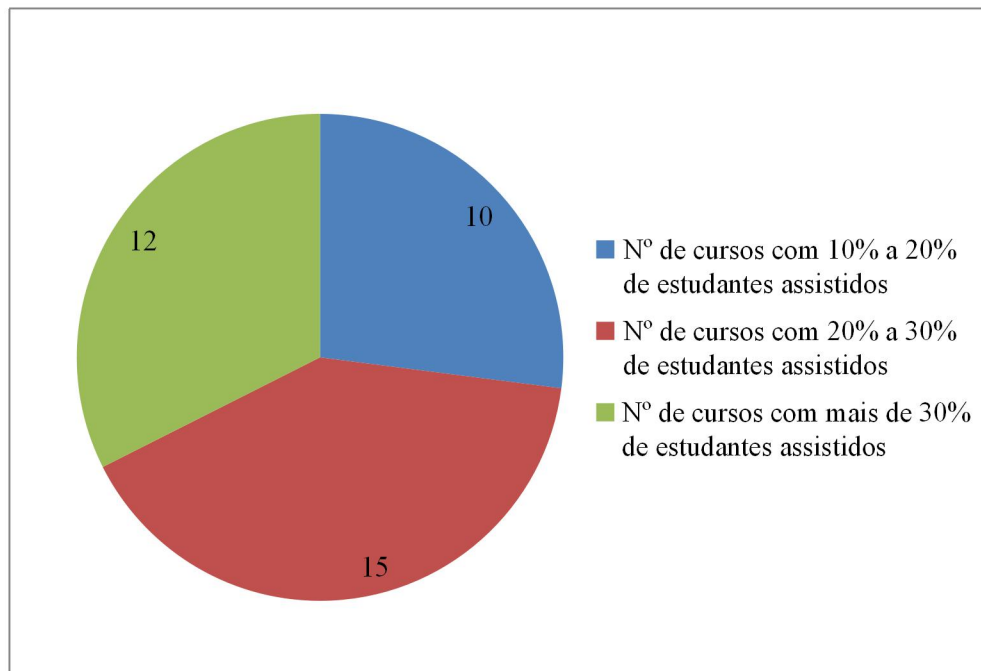


Gráfico 6 - Conjunto de cursos por incidência de estudantes assistidos (2017-2)



4.3 Estudantes cotistas por renda assistidos

A Tabela 8 demonstra que a maioria dos alunos que ingressaram na Universidade utilizando o sistema de cotas nas modalidades envolvendo a renda são assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil. Tem-se 66,1% de assistidos na modalidade renda e raça e 65,1% na modalidade raça, em 2017-1.

Tabela 8 - Estudantes cotistas por renda assistidos (2017-1)

Modalidade de cota	Bolsistas Prace			
	Não		Sim	
Renda	241	34,9%	450	65,1%
Renda e raça	369	33,9%	717	66,1%

Na Tabela 9 são apresentados os dados referentes a 2017-2. Nela é possível perceber que a maioria dos cotistas segue contemplada pelos programas de assistência da Prace. Nota-se, ainda, um ligeiro aumento na modalidade renda e raça, que passa para 68%.

Tabela 9 - Estudantes cotistas por renda assistidos (2017-2)

Modalidade Cota	Bolsistas Prace			
	Não		Sim	
Renda	258	33,8%	506	66,2%
Renda e raça	379	32%	812	68%
Renda e pessoa com deficiência	3	60%	2	40%
Renda, raça e pessoa com deficiência	5	71,5%%	2	28,5%

É importante ressaltar, contudo, que o número de alunos que ingressaram pela cota nas diferentes modalidades que envolvem a renda e que não são assistidos é expressivo, representando 610 alunos em 2017-1 e 645 estudantes em 2017-2. Esse dado é particularmente relevante porque se trata de um público que agrega as duas características apontadas pelo PNAES como definidoras do público-alvo da assistência estudantil: renda *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos e egressos de escolas públicas. Trata-se, portanto, de um contingente de estudantes que foram submetidos a algum tipo de

verificação de renda no momento do ingresso na UFOP e que, em princípio, deveriam ser contemplados com os programas de assistência estudantil.

4.4 Estudantes egressos de escola pública assistidos

O Gráfico 7 mostra que, em 2017-1, entre os alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas, 65,5% não são assistidos pelos programas de assistência estudantil e 34,4% são assistidos.

O Gráfico 8, por sua vez, apresenta os dados de 2017-2 e mostra que houve um modesto aumento no número de alunos egressos de escola pública que são assistidos pela Prace, representando o percentual de 36,7%.

Essa constatação demonstra que o fato de o aluno ser oriundo de escola pública não é, em princípio, determinante para ser contemplado com benefícios de assistência estudantil. Exemplo disso é que, como mostram os Gráficos 7 e 8, a maior parte dos egressos de escola pública não receberam benefício.

Gráfico 7 - Assistência estudantil entre egressos de escolas públicas (2017-1)

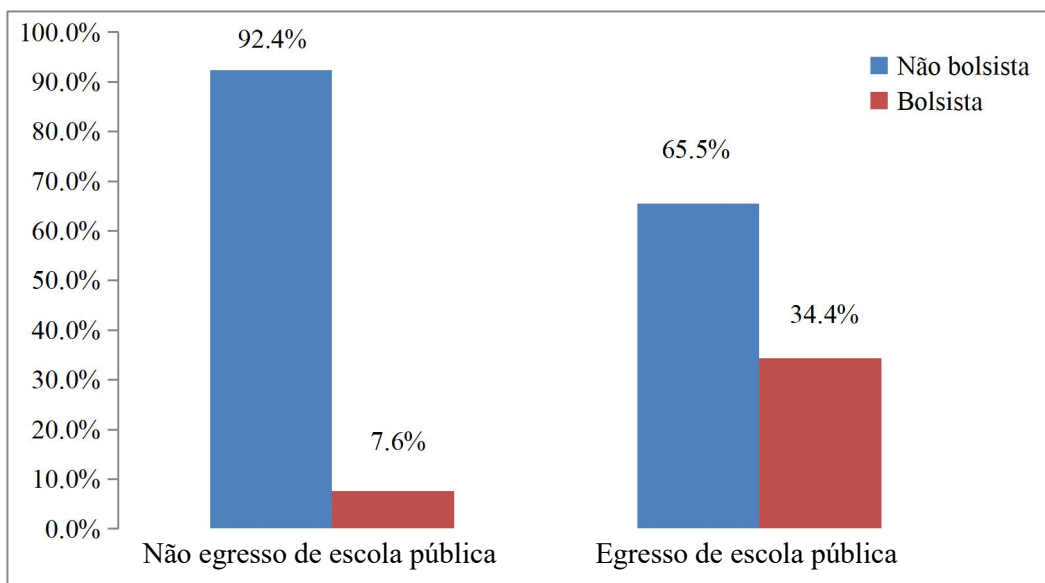
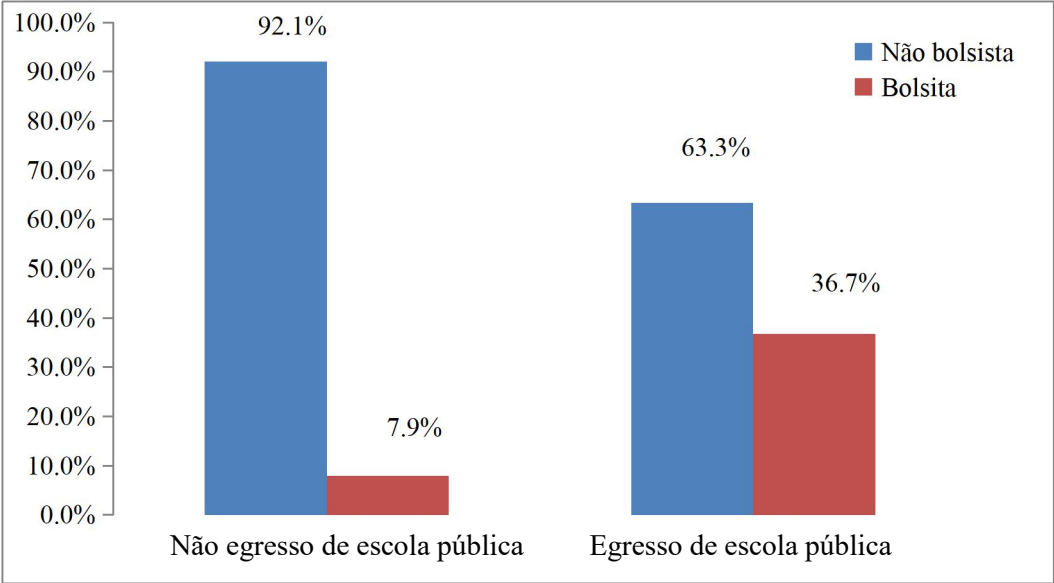


Gráfico 8 - Assistência estudantil entre egressos de escolas públicas (2017-2)



5. DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES ASSISTIDOS

5.1 Coeficiente de rendimento acadêmico entre estudantes assistidos e não assistidos

O coeficiente de rendimento semestral do aluno é calculado através de uma fórmula que considera o somatório dos produtos obtidos entre nota e carga horária das disciplinas, dividido pela carga horária total das disciplinas cursadas. Para aprovação nas disciplinas é necessário rendimento acadêmico maior ou igual a 6.0, o que se define como rendimento satisfatório.

Analisando a Tabela 10 é possível perceber que em 2017-1 o percentual de estudantes bolsistas com coeficiente semestral igual ou maior que 6.0 é superior (76,5%) ao dos estudantes não bolsistas (65,5%). Cabe ressaltar que o Caminhar - Programa de Acompanhamento Acadêmico dos Estudantes da UFOP considera o coeficiente semestral de 5.0 para manutenção dos programas de bolsa da Prace, conforme prevê a Resolução CUNI 1380/2012.

Tabela 10 - Coeficiente acadêmico semestral dos estudantes (2017-1)

Coeficiente semestral	Bolsista Prace	
	Não	Sim
Menor que 6,0	26,6%	20,1%
Maior ou igual a 6,0	65,5%	76,5%
Sem informação	7,9%	3,5%
Total	100,0%	100,0%

Analisando a Tabela 11, que apresenta os dados de 2017-2, é possível perceber que o percentual de estudantes bolsistas com coeficiente semestral igual ou maior que 6.0 mantém o mesmo padrão de 2017-1, ou seja, continua superior (71,4%) ao dos estudantes não bolsistas (62,2%).

Tabela 11 - Coeficiente semestral dos estudantes (2017-2)

Coeficiente semestral	Bolsista Prace	
	Não	Sim
Menor que 6,0	30,5%	25,7%
Maior ou igual a 6,0	62,2%	71,4%
Sem informação	7,3%	2,8%
Total	100,0%	100,0%

O coeficiente geral, por outro lado, apresenta uma visão ampliada do desempenho do estudante ao longo do curso de graduação. Também nesse caso, nota-se, pelas Tabelas 12 e 13, que o desempenho dos estudantes bolsistas é superior ao dos estudantes não bolsistas.

Em 2017-1 o coeficiente geral superior a 6.0 é registrado por 77,0% dos bolsistas, entre os não bolsistas tem-se 66%. Para o segundo semestre de 2017 o caso é similar, bolsistas com rendimento satisfatório são 71,4% e não bolsistas são 66,2%.

Esse dado aponta para a efetividade dos programas de assistência estudantil na UFOP, já que se percebe uma relação entre a condição de beneficiário e um melhor desempenho acadêmico. Disso decorre o fato de que os estudantes bolsistas têm maior probabilidade de serem aprovados em programas de iniciação científica, extensão e outros com seleção por mérito acadêmico.

Tabela 12 - Coeficiente geral (2017-1)

Coeficiente geral	Bolsista Prace	
	Não	Sim
Menor que 6,0	31,6%	22,1%
Maior ou igual a 6,0	66,2%	77,4%
Sem informação	2,2%	0,5%
Total	100,0%	100,0%

Tabela 13 - Coeficiente geral (2017-2)

Coeficiente geral	Bolsista Prace	
	Não	Sim
Menor que 6,0	32,9%	24,7%
Maior ou igual a 6,0	65,7%	75,2%
Sem informação	1,4%	0,1%
Total	100,0%	100,0%

5.2 Evasão entre estudantes assistidos e não assistidos

A evasão nas universidades é reconhecidamente um fenômeno multicausal, cuja própria definição carrega uma série de complexidades. Para esta análise, entende-se como evasão a saída definitiva do curso (a pedido ou por desligamento), mesmo que o estudante tenha se matriculado em novo curso na UFOP. Observa-se nas Tabelas 14 e 15 que em 2017-1 a taxa de evasão de alunos bolsistas foi 2,0%, e, entre os não bolsistas, 3,6%. No segundo semestre do mesmo ano, observou-se que a taxa de evasão foi de 1,5% para os bolsistas e de 3,3% para os não bolsistas. Portanto, conclui-se que a evasão entre os estudantes bolsistas é menor que entre os estudantes não bolsistas. No entanto, é preciso ressaltar que a diferença não é muito expressiva.

Tabela 14 - Evasão (2017-1)

Evasão	Bolsistas Prace			
	Não		Sim	
Não	7938	96,4%	2399	98,0%
Sim	293	3,6%	48	2,0%
Total	8231	100,0%	2447	100,0%

Tabela 15 - Evasão (2017-2)

Evasão	Bolsistas Prace			
	Não		Sim	
Não	7912	96,7%	2633	98,5%
Sim	273	3,3%	40	1,5%
Total	8185	100,0%	2673	100,0%

Considerando os motivos apontados pelos estudantes ao evadirem da UFOP, verifica-se, pelas Tabelas 16 e 17, que a principal motivação é a mudança de curso dentro da própria instituição, tanto para os estudantes bolsistas como para os não bolsistas, nos dois semestres analisados. Entre os não bolsistas, a segunda causa apontada é o fato de estarem matriculados em um curso com o qual não se identificavam. Para os bolsistas, o segundo motivo para evasão está relacionado à aprovação em outra instituição pública, em 2017-1, e a não ser o curso almejado, em 2017-2. Outros motivos também foram apontados por cerca de 18% dos estudantes. Destaca-se, ainda, que, entre os bolsistas, uma parcela relevante declara ter evadido por aprovação em outras instituições de ensino privadas com bolsa do Prouni em 2017-1.

Tabela 16 - Motivação para evasão (2017-1)

Motivo da evasão	Bolsistas		Total
	Não	Sim	
Distância entre a UFOP e a cidade onde mora	5,1%	2,1%	4,7%
Aprovação em outra instituição particular	3,8%	2,1%	3,5%
Aprovação em outra instituição particular com bolsa do Prouni	1,4%	10,4%	2,6%
Aprovação em outra instituição pública	17,1%	16,7%	17,1%
Era a segunda opção de curso no Sisu	3,8%	2,1%	3,5%
Matrícula de cotista indeferida	1,0%	0,0%	0,9%
Motivos financeiros	4,8%	6,2%	5,0%
Mudança de curso na UFOP	20,9%	31,2%	22,3%

Não era o curso almejado	19,5%	8,3%	17,9%
Não se adaptou à cidade	3,8%	0,0%	3,2%
Outro	18,5%	16,7%	18,2%
Problema de moradia	0,3%	4,2%	0,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 17 - Motivação para evasão (2017-2)

Motivos da evasão	Bolsistas		Total
	Não	Sim	
Distância entre a UFOP e a cidade onde mora	6,59%	2,50%	6,07%
Aprovação em outra instituição pública	7,33%	7,50%	7,35%
Aprovação em outra instituição particular	2,20%	0,00%	1,92%
Era a segunda opção de curso no Sisu	6,23%	2,50%	5,75%
Motivos financeiros	7,33%	2,50%	6,71%
Mudança de curso na UFOP	28,94%	57,50%	32,59%
Não era o curso almejado	20,51%	10,00%	19,17%
Não se adaptou à cidade	5,13%	5,00%	5,11%
Outro	15,02%	10,00%	14,38%
Problema de moradia	0,00%	2,50%	0,32%
(Vazio)	0,73%	0,00%	0,64%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

5.3 Participação de estudantes assistidos em programas de mérito acadêmico.

Verifica-se pela Tabela 18 que 10,1% dos estudantes bolsistas participam de programas de mérito acadêmico, ou seja, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão, Pró-Ativa, Programa de Educação Tutorial (PET), dentre outras. O percentual de estudantes não bolsistas nesses programas é de 7,5%. Da mesma forma, em 2017-2, 7,6% dos bolsistas participam de programas de mérito acadêmico, contra 5,8% de estudantes não bolsistas, conforme mostra a Tabela 19. Fica demonstrado, portanto, que proporcionalmente há maior inserção de estudantes assistidos pelos programas de assistência estudantil em programas de mérito acadêmico.

Tabela 18 - Participação em programas de mérito acadêmico (2017-1)

Bolsa acadêmica	Bolsistas Prace				Total
	Não		Sim		
Não	7614	92,5%	2200	89,9%	91,9%
Sim	617	7,5%	247	10,1%	8,1%
Total	8231	100,0%	2447	100,0%	100,0%

Tabela 19 - Participação em programas de mérito acadêmico (2017-2)

Bolsa acadêmica	Bolsistas Prace				Total
	Não		Sim		
Não	7708	94,2%	2470	92,4%	93,7%
Sim	477	5,8%	203	7,6%	6,3%
Total	8185	100,0%	2673	100,0%	100,0%

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto dos dados analisados nas três últimas seções auxilia a traçar o panorama da execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFOP no ano de 2017.

Avaliando-se o perfil do corpo discente da Universidade, fica clara a demanda presumida por programas de assistência estudantil, visto que cerca de 58% dos estudantes matriculados em 2017 são egressos da rede pública de ensino. A isso se associa o número expressivo de estudantes cotistas que comprovaram renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos (2202 em 2017-1 e 1778 em 2017-2).

Questão primordial para a avaliação de quaisquer políticas públicas é saber se efetivamente os programas se destinam ao público-alvo para o qual foram criados. Neste âmbito, como restou largamente demonstrado, na UFOP o PNAES é de fato direcionado para estudantes egressos de escolas públicas e em hipossuficiência socioeconômica. Entre o total de estudantes oriundos de escolas públicas, 35,5%, na média dos dois semestres, são contemplados com bolsa de assistência estudantil. Já entre os estudantes não egressos da rede pública, apenas 7,8%, em média, são bolsistas. Além disso, percebe-se que há um direcionamento da Instituição na alocação dos recursos, visto que mais de 55% dos benefícios são destinados a estudantes classificados nas categorias socioeconômicas A e B, que compõem o público mais vulnerável.

Por outro lado, é necessário avaliar a cobertura dos programas de assistência estudantil a fim de verificar se os estudantes com direito potencial são efetivamente contemplados. Nesse ponto nota-se que a UFOP ainda não possui a abrangência adequada em seus programas. O aspecto central que corrobora essa conclusão é o fato de que cerca de 34% dos cotistas na modalidade de renda *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos não são bolsistas, o que totaliza aproximadamente 645 estudantes. Assim, a partir dessa avaliação, recomenda-se que a Instituição realize um mapeamento dos motivos pelos quais esse conjunto de alunos com perfil para o recebimento dos benefícios da assistência estudantil não estão contemplados. Recomenda-se ainda que, a partir desse diagnóstico, sejam propostas ações a fim de ampliar a cobertura dos programas.

Por fim, mas não menos importante, esta avaliação aponta para a eficácia e a conformidade dos programas de assistência estudantil. A eficácia pode ser percebida tanto do ponto de vista da evasão quanto do rendimento acadêmico. Entre o público bolsista verificou-se menor taxa de evasão e melhor desempenho acadêmico, ainda que a diferença entre os dois grupos seja estatisticamente discreta.

Portanto, os objetivos preconizados no PNAES em seu artigo 2º, incisos II e III, de minimizar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão do curso e de reduzir as taxas de retenção e evasão, são plenamente cumpridos.